

É tempo de ninguém se soltar de ninguém: gênero, raça e sexualidades

It's time for nobody to release from anyone: gender, race and sexualities

Es hora de que nadie se libere de nadie: género, raza y sexualidades

Recebido: 16/03/2022 | Revisado: 22/03/2022 | Aceito: 31/03/2022 | Publicado: 07/04/2022

Elaine Ferreira do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1632-9148>
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
E-mail: negraelaine@gmail.com

Barbara Cristina Mota Johas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1823-1822>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: barbarajohas@ufpi.edu.br

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7362-7857>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: hilzianebrito@hotmail.com

Claudilene de Sousa Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1846-4829>
Faculdade Ademar Rosado
E-mail: rochaclaudilene831@gmail.com

Anne Piauilino Leopoldo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3829-2603>
Universidade Federal do Piauí, Brasil
E-mail: anneleopoldo@gmail.com

Ana Cecília Carvalho Sousa Morais Helal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1664-3994>
Faculdade Maranhense São José dos Cocais, Brasil
E-mail: anac.csm@gmail.com

Resumo

Este artigo é um produto coletivo da disciplina Tópicos de Serviço Social, ministrada pela professora Dra. Elaine Nascimento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí no ano de 2019. A proposta era discutir gênero, raça, sexualidades e saúde na interlocução com as demandas da população LGBTQIA+. O desenho da disciplina não se propunha a uma discussão meramente conceitual, envolvia a discussão de textos de autoras negras, clipes de música também de mulheres negras e poesias e um certo nível de exposição das alunas (eram todas mulheres, num total de cinco e também da professora) que ali se encontravam, era preciso dizer o que estavam fazendo ali e o que esperavam encontrar. A abordagem da disciplina envolvia um despir de si mesma para lidar com uma troca acadêmica de conhecimento e experiência que passava pelo afeto, que chamamos de aquilombamento, baseada numa metodologia de espelhamento, onde toda a produção seria construída de forma coletiva, compartilhada e partilhada. Significa dizer que o texto escrito por uma era lido por outra e defendido por uma terceira, a autora do texto fazia o exercício da escuta. A experiência a princípio trouxe um certo desconforto, mas dito por elas foi interessante, criaram-se laços de confiança e respeito inclusive para esta produção. A partir desses elementos, o artigo tem por objetivo principal apresentar uma análise crítica das relações entre gênero raça e sexualidade, através dos distintos atravessamentos que a experiência compartilhada na disciplina permitiu visualizar.

Palavras-chave: Escrivências; Feminismos; Interseccionalidades; Conhecimento afetado.

Abstract

This article is a collective product of the Social Work Topics subject, taught by Professor Dra. Elaine Nascimento at the Graduate Program in Public Policy at the Federal University of Piauí in 2019. The proposal was to discuss gender, race, sexualities and health in dialogue with the demands of the LGBTQIA+ population. The design of the discipline was not intended to be a merely conceptual discussion, it involved the discussion of texts by black authors, music clips also by black women and poetry and a certain level of exposure of the students (they were all women, in a total of five and also teacher) who were there, it was necessary to say what they were doing there and what they expected to find. The discipline's approach involved undressing itself to deal with an academic exchange of knowledge and experience that passed through affection, which we call quilombamento, based on a mirroring methodology, where all production would be built collectively, shared and shared. It means to say that the text written by one was read by another and defended by a third, the author of the text did the exercise of listening. The experience at first brought some discomfort, but as they said it was interesting, bonds of trust and respect were created even for this production.

From these elements, the main objective of the article is to present a critical analysis of the relations between gender, race and sexuality, through the different crossings that the shared experience in the discipline allowed to visualize.

Keywords: Writings; Feminisms; Intersectionalities; Affected knowledge.

Resumen

Este artículo es un producto colectivo de la asignatura Temas de Trabajo Social, impartida por la Profesora Dra. Elaine Nascimento en el Programa de Posgrado en Políticas Públicas de la Universidad Federal de Piauí en 2019. La propuesta fue discutir género, raza, sexualidades y salud en diálogo con las demandas de la población LGBTQIA+. El diseño de la disciplina no pretendía ser una discusión meramente conceptual, implicaba la discusión de textos de autores negros, clips musicales también de mujeres negras y poesía y cierto nivel de exposición de los estudiantes (todas eran mujeres, en cierto modo total de cinco y también profesor) que estaban allí, era necesario decir qué estaban haciendo allí y qué esperaban encontrar. El planteamiento de la disciplina implicó desnudarse para hacer frente a un intercambio académico de saberes y experiencias que pasaban por el afecto, al que llamamos quilombamento, basado en una metodología de espejo, donde toda producción sería construida colectivamente, compartida y compartida. Quiere decir que el texto escrito por uno fue leído por otro y defendido por un tercero, el autor del texto hizo el ejercicio de escuchar. La experiencia al principio trajo cierta incomodidad, pero como decían fue interesante, se crearon lazos de confianza y respeto incluso para esta producción. A partir de estos elementos, el objetivo principal del artículo es presentar un análisis crítico de las relaciones entre género, raza y sexualidad, a través de los diferentes cruces que la experiencia compartida en la disciplina permitió visualizar.

Palabras clave: Escritos; Feminismos; Interseccionalidades; Conocimiento afectado.

1. Introdução

No ano de 2019, final de novembro e início de dezembro, ocorria a disciplina Tópicos de Serviço Social ministrada pela professora Elaine Nascimento no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí — UFPI. A proposta era discutir gênero, sexualidades e saúde na interlocução com as demandas da população LGBTQIA+.

A disciplina buscou articular toda a discussão para dar suporte a uma reflexão que auxiliasse no diálogo dos objetos de investigação das estudantes. Como produto desse momento foi organizada uma atividade extensionista, através de uma webconferência que teve o título “É tempo de ninguém se soltar de ninguém: gênero, raça e sexualidades”, que teve 100 inscritas e gerou certificação, e o artigo de mesmo nome é mais um produto coletivo.

O texto objetivou desenvolver uma análise crítica e reflexiva sobre gênero, raça e sexualidades e como estes marcadores de opressão incidem sobre as mulheres na realidade brasileira contemporânea¹.

2. Metodologia

A análise resulta da realização de uma pesquisa social aplicada, de abordagem qualitativa, fundamentada no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético. A análise de conteúdo procedeu-se através de uma investigação interpretativa e explicativa por meio da mediação entre conteúdos, da interpretação inferencial e do referencial teórico adotado a partir de levantamento bibliográfico realizado em bibliotecas virtuais, como Google Acadêmico e Scielo. O aporte teórico metodológico mobilizado nesse artigo foi oferecido por Minayo em duas obras “O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde” (1992) e “Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade” (2001), nas quais a autora propõem uma articulação entre o método materialista e análise de conteúdo, denominada pela autora como método hermenêutico-dialético. Esse método permite entender o conteúdo das falas e de documentos como sendo historicamente situados, nesse sentido o conhecimento é produzido de forma não linear sendo um produto de interações dinâmicas que se compõem e

¹ Outras pesquisas que possuem abordagens próximas as desenvolvidas nesse artigo podem ser acessadas nos seguintes trabalhos: Santos, F. K. L. & Nascimento, E. F. (2020) Lar nada doce lar: violência doméstica em tempos de Covid-19 e a lacuna da interseccionalidade nas políticas públicas. *Research, Society and Development*, 9(12), e14791210969. 10.33448/rsd-v9i12.10969. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10969>. Pacheco, Z. M. L. et al., (2022) A mulher quilombola e suas necessidades de cuidado: sob a ótica da literatura científica. *Research, Society and Development*, 11(2), e42111225983 10.33448/rsd-v11i2.25983. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25983>. Zucolotto, M. P. D. R. et al. (2019) Exclusão de mulheres negras: uma análise do filme “Histórias Cruzadas”. *Research, Society and Development*, 8(2), e2882649. 10.33448/rsd-v8i2.649. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/649>.

recompõem dialeticamente. Dessa forma para compreender os sentidos atribuídos é necessário empreender inicialmente uma análise das determinações fundamentais e, no caso específico desse artigo e de sua proposta, compreender como essas determinações incidem sobre as experiências distintas das mulheres a partir dos marcadores sociais interseccionais de raça e classe.

Já a importância do artigo deve-se à proximidade com elementos de raça, classe e gênero, para desenvolver uma análise interseccional a respeito dos elementos constitutivos das relações sociais de gênero e do próprio modo como cada uma de nós se constrói, é construída e se enxerga nessas relações, nesse sentido pensar os atravessamentos que compõem a vida das mulheres requer o exercício de uma escrevivência nos termos de Conceição Evaristo: “a nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

Não é necessário um olhar especialista e aprofundado para perceber, na história das sociedades ocidentais, que homens e mulheres não ocupam posições sociais iguais, nem tampouco usufruem, de direitos e benefícios sociais de forma equitativa tanto atualmente quanto ao longo da história de toda a humanidade. Entre os elementos estruturadores das desigualdades de gênero estão os processos de diferenciação que decorrem da construção social de papéis sociais de gênero que posicionam as mulheres em um lugar de subalternidade e vulnerabilidade com relação ao sexo masculino e às masculinidades resultantes desses papéis atribuídos por estruturas de poder que orientam as dinâmicas sociais, hierarquizando saberes, funções e trabalhos.

De acordo com Saffioti (2001, p. 115) “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelos menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.”

Nesse sentido a força da dominação masculina pode ser medida pelo fato de que ela não precisa de justificção, ou seja, a visão androcêntrica se impõem enquanto uma compreensão do mundo não gentrificada e, portanto, neutra produz as condições ideais da produção e reprodução da ordem patriarcal. Nestas sociedades fortemente genticificadas a ordem social reproduz, por diferentes mecanismos, a dominação do masculino, de acordo com Saffioti (2001, p. 116) “a ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar.”

Refletir sobre as diversas lutas e demandas feministas no Brasil significa também pensar sobre os silenciamentos que são produzidos dentro de uma estrutura colonial e racista e analisar as possibilidades de construção de “pontos de encontros” entre a diversidade das mulheres na construção de uma sociedade mais equitativa com relação ao gênero. Nesse intuito vamos aqui resgatar brevemente a história dos feminismos a partir de uma historiografia bem conhecida, aquela que retrata este movimento em ondas, importante sublinhar que ao adotar esta perspectiva das “ondas dos feminismos” partimos do entendimento que a metáfora da onda procura imprimir as ideias de movimento e refluxo, característica própria dos conflitos sociais, ou seja, não compreendemos o desenrolar das lutas feministas como um movimento linear, mas enquanto movimento de avanços e recuos, retornos e exclusões, bem como procuramos salientar os silenciamentos daquelas mulheres que, produzindo lutas e interpretações do Brasil não foram elencadas na historiografia oficial, o intuito de recorrer a esta reconstrução têm o objetivo de lançar luz sobre as principais demandas levantadas pelos movimentos feministas visando enxergar nesse processo os pontos de interseção possíveis entre os feminismos .

Utilizando a historiografia das ondas do feminismo, podemos apresentar o primeiro movimento como aquele que direciona suas demandas no campo das lutas por direitos esse movimento caracteriza-se por duas frentes: pela luta por direitos de cidadania, e que ficou conhecido como feminismo liberal, esse movimento ficará marcado na história por conta do movimento sufragista que reivindicava o direito ao voto feminino; e outro focado na luta do operariado feminino, que reivindicava salários justos, redução de carga horária e condições de higiene no trabalho, se apoiando na teoria do socialismo. (Santin, 2019).

Assim surge, de acordo com a historiografia “hegemônica”, as duas primeiras correntes de luta feminista o “liberal e o socialista classista”. É interessante notar que nesse mesmo período havia uma ampla organização das mulheres negras na luta contra a escravidão e por direitos civis que permaneceu “invisível” na historiografia até bem pouco tempo. Outro ponto de crítica ao feminismo liberal é a sua incapacidade de articular outras dimensões de opressão que atingem as mulheres de forma diferente, em especial a questão racial, fato que fica bem visível no discurso de Sojourner Truth. Em 1851 em uma reunião que discutia o direito das mulheres Sojourne relata as diferenças entre o que ela vive enquanto mulher negra, e o modo como aqueles senhores retratam as mulheres brancas, esse discurso ficou conhecido com o título: “Não sou eu uma Mulher?” Essa diferença está justamente no fato de que ao falarem das mulheres esses homens enxergam as mulheres brancas, permanecendo as mulheres negras e suas demandas invisibilizadas, as mulheres brancas nesse contexto configuram-se como o conceito universal de mulher, assim como o homem o é para o conceito universal de humanidade.

No contexto brasileiro, a luta pelos direitos civis das mulheres será impulsionada pela presença de mulheres que haviam estudado na França e retornam ao Brasil, entre elas Nísia Floresta Brasileira Augusta, que traduziu a obra da inglesa “Mary Wollstonecraft” “Reivindicação dos Direitos da Mulher”. Essa será uma obra importante no desenvolvimento do movimento sufragista brasileiro, assim como o feminismo liberal europeu e norte americano, o feminismo dos direitos civis que aqui se desenvolve mantém-se cego as questões raciais, para além dessa limitação o feminismo liberal brasileiro também não aborda as questões relativas ao passado colonial do Brasil e como ele é fundamental para entendermos o modo como as relações de gênero e raciais foram estruturadas aqui.

Nesse sentido a “primeira onda” do feminismo é profundamente marcada por silenciamentos, esses silenciamentos foram tema de intenso debate no transcorrer das aulas, em especial debateu-se muito a relação tensa entre falar sobre a vivência e a demanda de outras mulheres, ou seja, a relação entre o lugar de fala e a pesquisa acadêmica, como e se deve a pesquisadora falar sobre experiências e vivências que ela não possui.

A presença da diferença como elemento central que marca a vida das mulheres torna-se um tema também dentro das lutas feministas, ou seja, na medida em que o movimento feminista se amplia novas demandas começam a fazer parte dos debates, em especial a presença de mulheres negras, pobres, LBT pressiona por mudanças epistêmicas no interior do movimento e na construção das pautas. Entre as mudanças mais significativas que marcam a “segunda onda” está a inserção de um debate sobre o gênero e a atribuição de papéis diferenciados de gênero que subalternizam as mulheres. Em especial amplia-se a noção de injustiça social, que deixa de encontrar-se atrelado apenas a dimensão de classe e de direitos civis, para abarcar as dimensões de raça e sexualidade. Além dessas questões a segunda onda ficará conhecida pelo slogan “o pessoal é político”, que visa denunciar que a diferenciação entre o âmbito privado e o espaço público é um elemento de manutenção das desigualdades de gênero, isso porque nas sociedades patriarcais o espaço privado será entendido como um lugar essencialmente feminino em oposição ao âmbito público marcado por características que seriam “naturalmente” masculinas como força, racionalidade e poder. A vinculação entre uma concepção especializada de mulher que a define como sentimental, propensa ao cuidado e a esfera privada como o lugar das subjetividades aprisionariam as mulheres e silenciariam suas demandas.

Ao debater estas questões o feminismo de segunda onda avança em temas bastante importantes, mas permanece pouco sensível a realidade das mulheres negras tendo em vista que muitas dessas mulheres sempre estiveram fora de casa desempenhando o papel de cuidadoras de outras famílias, nesse sentido é importante pensar que não apenas o pessoal é político, mas sobretudo a racialização é política e estruturadora nas relações entre os gêneros e internamente ao gênero feminino.

Em seus estudos, Martins (2013) destaca que o racismo brasileiro é caudatário da construção social de “raça”, conceito esse que foi utilizado para “legitimar a dominação de classe sobre os (as) diferentes: aqueles (as) que não eram brancos (as), europeus (europeias), colonizadores (as), donos (as) do poder.” Portanto, “raça” serviu e serve à opressão e à

espoliação, nessa perspectiva, o racismo não pode ser compreendido se desvinculado dos processos e das estruturas econômicas e políticas subjacentes às relações sociais. (Martins, 2013). Isto é, o que eram consideradas vozes silenciadas e corpos estigmatizados pelo racismo e o sexismo se tornam ações políticas de enfrentamento às opressões demonstrando a eficácia das discussões de reconhecimento entrelaçadas por uma movimentação organizativa para dar voz e visibilidade às pautas das mulheres negras na sociedade.

Durante as atividades de espelhamento, na disciplina que suscitou este artigo, um elemento recorrente, e que está associado aos temas debatidos na segunda onda, foi o debate sobre o peso que os papéis sociais de mãe e cuidadora têm sobre a vida profissional das mulheres, esses temas foram debatidos não só do ponto de vista das escrevivências das discentes, mas também a partir de músicas e poesias que ressaltavam esses conflitos e a necessidade de romper com esses padrões. Outra importante crítica aos movimentos feministas de segunda onda é que ele reafirma uma noção binária entre os gêneros, ao manter uma percepção de que o “sexo é natural e o gênero construído.”

Diante das críticas dirigidas aos movimentos feministas da segunda onda e com o avanços dos debates sobre discursividade, subjetivação, alteridade e a relação sexo e gênero surgem os trabalhos e os movimentos sociais que demarcam o que a historiografia denomina de “terceira onda” do feminismo, que muda a bússola dos debates feministas ao deslocar o seu tema central, ou seja, o gênero passa a ser entendido como performatividade e o sexo deixa de ser entendido como um dado natural para ser compreendido ele também como uma construção social. Foram inseridas, especialmente na academia, questões relativas à masculinidade, aos homossexuais, lesbianidades, transexuais, bissexuais, assexuados, enfim, toda a “Teoria Queer” cuja maior expoente teórica é Judith Butler. A ideia de gênero, portanto, vem sendo completamente revisada neste período do movimento feminista, trazendo uma perspectiva mais fluida e incluindo outras minorias oprimidas não necessariamente só mulher, mas vítimas da mesma opressão imposta e/ou originada no patriarcado. (Siqueira; Bussinger, 2018).

Houve, portanto, uma revisão do foco no estudo das políticas inclusivas de gênero, uma vez que determinadas políticas direcionadas exclusivamente às mulheres não seriam suficientes para promover a equidade entre os cidadãos. A perspectiva desta fase do movimento é a de que não há apenas homens e mulheres, divididos nesses dois grandes grupos por determinação biológica, mas toda uma gama de pessoas que não se encaixam nesse padrão pré-determinado e que também precisariam sair da invisibilidade, inclusive no tocante ao mercado de trabalho.

Apresentar as ondas do feminismo teve como objetivo lançar luz sobre os principais elementos do debate e demonstrar os silenciamentos, conflitos e tensões no interior do próprio campo de lutas, diante dos elementos expostos podemos nos perguntar sobre como, e se é desejável e possível, estabelecer uma frente única de luta social que seja capaz de abarcar a multiplicidade de demandas das mulheres? Na próxima seção apresentamos alguns elementos da/na relação entre gênero e raça.

3. Resultados e Discussão

3.1 Quando o gênero nos une e a raça nos separa?

Ao “denunciar” as formas pelas quais as sociedades estruturam relações de gênero que são em si mesmas desiguais e causam diversas formas de opressão os feminismos têm contribuído com as teorias democráticas ao colocar o desafio de refletir sobre os fatores que marginalizam e invisibilizam determinados grupos sociais no interior de Estados democráticos de Direito, ou seja, o “lugar” social que determinados grupos ocupam são fundamentais para compreender como certos padrões sociais estruturalmente definidos podem constranger e limitar a ação de determinados sujeitos, neste caso as mulheres, torna-se assim fundamental analisar como os circuitos de reprodução da desigualdade operam no caso específico das relações de gênero e raça gerando formas, também muito especificadas de injustiça social. (Biroli, 2016).

No tópico acima apresentamos os avanços que os feminismos empreenderam no campo das lutas sociais e também demonstramos que embora o movimento tenha conquistado alguns direitos no campo do trabalho, da sexualidade, da redemocratização do país, também adotou uma ideia universalizante das mulheres que refletia em grande medida as preocupações das mulheres brancas de classe média, e não reconheciam as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, esta invisibilidade das vivências e demandas de outras mulheres que não se “encaixavam” nessa episteme branca foi um importante impulsionador para o surgimento de outros feminismos no campo das lutas sociais. As mulheres negras denunciavam que o fim das suas opressões não estava relacionado apenas a ordem social sexista que negava a todas as mulheres todos os direitos humanos, mas também estava relacionada a questões raciais, isto é, as mulheres negras são duplamente vitimizadas pela opressão sexista e racista. Isso porque, “para as mulheres brancas – especialmente aquelas ligadas às classes capitalista e média – é possível alcançar seus objetivos particulares sem assegurar nenhum progresso evidente para suas irmãs racialmente oprimidas e de classe trabalhadora.” (Davis, 2017, p. 27).

Assim, pode-se dizer de um modo geral que ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. (Carneiro, 2003, p. 119).

Desse modo, tem-se que as questões de gênero isoladamente, não dão conta de explicar e de superar as desigualdades entre os diferentes grupos, as diferentes identidades e contextos das mulheres. Nesse sentido em sociedades marcadas por processos de racialização, não tratar a raça enquanto um elemento estruturador das relações sociais é invisibilizar e contribuir para perpetuação de um sistema de opressões sociais.

No campo específico dos debates de gênero é imprescindível estabelecer uma articulação analítica e prática entre gênero e raça, isso para compreendermos como o elemento racial impulsiona a criação de gêneros subalternizados dentro de um mesmo grupo de gênero (intragênero) e fora dele. Por isso, a “origem” das opressões sofridas pelas mulheres não se trata apenas de uma esfera social dividida entre homens poderosos e mulheres submissas, mas, também de um sistema que racializa pessoas e com base nisso estrutura poderes e saberes de forma desigual. Dessa maneira, o gênero não pode ser tido como o único ponto de partida da opressão, uma vez que “mulheres negras não são somente oprimidas por homens – brancos e negros – e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo – tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos.” (Kilomba, 2019, p.103).

Para analisar como os marcadores sociais da diferença podem ser mobilizados como categorias analíticas para compreender os atravessamentos das diferentes vivências das mulheres, apresentamos na seção seguinte um debate sobre o conceito de interseccionalidade.

3.2 A construção interseccional das articulações entre as mulheres

Às mulheres de um modo geral no sistema de opressão sexista sofrem diversas violências em razão do gênero, no entanto, as mulheres negras e pobres partem de locais sociais diferentes, que produzem outras experiências de desrespeito e injustiça social e que, portanto, demandam um olhar interseccional capaz de produzir formas concretas de alteração da realidade social das mulheres negras, periféricas e do sul global.

A literatura feminista ocidental também falhou em reconhecer que o gênero afeta as mulheres de outros grupos racializados de formas diferentes das que atingem mulheres brancas, tornando as mulheres negras invisíveis. Nos discursos feministas ocidentais, o conceito dominante de “homem branco heterossexual” tornou-se “mulher branca heterossexual”.

Somente uma categoria mudou em oposição ao seu inverso de homem para mulher, mantendo sua estrutura racial conservadora: branca. (Kilomba, 2019, p.97).

Desse modo, é necessário estabelecer um duplo movimento para compreender a relação entre as categorias gênero e raça quando refletimos sobre os feminismos. Se por um lado a categoria gênero pode ser mobilizada como elemento aglutinador das lutas feministas no combate ao machismo e sexismo. Por outro lado, a categoria raça precisa ser mobilizada como elemento central para retirar do silenciamento e da negação as vivências das mulheres negras, este deslocamento é fundamental para compreender a forma como mulheres negras compartilham coletivamente certas opressões que estão ligadas a desigualdades estruturadas a partir de certas configurações política, social e economicamente vigentes.

Kilomba (2019) menciona que o racismo e o sexismo, como processos de opressão, são semelhantes, pois constroem concepções no senso comum através de referência às diferenças “naturais” e “biológicas”. Contudo, impactam e posicionam grupos de pessoas de forma diferentes, uma vez que estes marcadores sociais se entrelaçam. O encontro entre raça e gênero são inseparáveis. A “raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. (Kilomba, 2019, p. 94).

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2003, p.119) expõe que o “racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos.” E que por isso, “é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros” (idem). Eixos de poder se entrecruzam, criando interseções intrincadas onde as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um ponto onde o racismo, o gênero e a classe se encontram. Esse encontro ou cruzamento de opressões representa um processo de fragmentação entre determinados grupos sociais por fatores diversos como raça, gênero, classe, religião, etc.

A origem do termo interseccionalidade advém do movimento dos anos de 1970, conhecido como “Black Feminism”, cuja crítica se voltou contra o feminismo branco, de classe média. (Hirata, 2014, p. 2). Quem primeiramente disseminou este termo foi a feminista Kimberlé Crenshaw, na década de 1970 destaca que a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. “Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. (Crenshaw, 2002, p. 177). Portanto, de acordo com Crenshaw a interseccionalidade é um conceito que permite compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre os eixos de subordinação. Estes eixos são responsáveis pela produção de desigualdades básicas que estruturam as posições sociais e criam uma estrutura de subordinações. As mulheres racializadas nesta estrutura de subordinações interseccionais são mais vulneráveis à violência e têm maiores dificuldades de acessar seus direitos sociais, nesse sentido é fundamental, por exemplo, que políticas públicas de enfrentamento a violência sejam pensadas e aplicadas a partir de uma perspectiva de gênero interseccional.

Como grupo, as mulheres negras estão em condição social inferior à de qualquer outro grupo, pela sua condição de gênero, raça e classe reciprocamente atingida. Percebe-se neste âmbito a importância que se deve dar à condição marginalizada na qual se encontram as mulheres negras para que possam enfrentar a hegemonia dominante sexista, classista e racista.

Filósofa e ativista, Davis (2016) evidencia a intersecção entre feminismo, antirracismo e luta de classes afirmando que “com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas.” (Davis, 2016, pág. 102). Todas essas desigualdades variantes acarretam às mulheres diversas formas de violência, uma vez que o gênero constitui interseções com tipos sexuais, raciais, classistas, dentre outras identidades que constituem sistemas de opressão que se retroalimentam. (Collins, 2019). Dessa forma, gênero, raça, classe e outras clivagens sociais não atuam isoladamente, são indissociáveis. Nessa esteira, refletir sobre

interseccionalidade é identificar que não há hierarquia entre os modos de opressão, pois são opressões estruturantes e que precisam ser desconstruídas (Ribeiro, 2016). Tais desigualdades decorrem de um sistema patriarcal cujas ideias penetram na sociedade e no Estado, configurando a violência de gênero como a categoria mais geral do que vem a ser a violência contra a mulher. Dessa forma, a análise das relações de gênero não pode prescindir da análise das demais, havendo uma estrutura de poder que unifica as ordens de gênero, de raça/etnia e de classe social, visto que são eixos estruturantes da sociedade (Saffioti, 2004, p. 125). É preciso uma melhor identificação do que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de certas pessoas. Em contextos estruturais moldados pelas regras culturais, sociais e econômicas, a discriminação interseccional é difícil de ser identificada, o que acaba por atingir as mulheres por outros sistemas de subordinação (Crenshaw, 2002, p. 176).

Nesse sentido como bem apontou Vilma Piedade (2017) em seu livro “Dororidade” o que parece reunir as mulheres negras na luta feminista é a questão da dor racial e os processos de racialização, ou seja, as dores que advém do racismo estrutural e de suas formas opressivas e violentas que são experienciadas apenas pelas mulheres negras, produz um substrato comum sobre o qual se ergue o movimento feminista negro que, como bem apontou Angela Davis, denuncia que a luta pelo fim da desigualdade de gênero só pode alcançar o seu objetivo quando ela é também, e sobretudo, uma luta antirracista e anticapitalista. Analisar como os marcadores sociais da diferença podem ser mobilizados na construção de “pontes” possíveis entre os feminismos e o tema que vamos debater na próxima seção.

3.3 Nenhuma a menos, constituindo pontes e somando poderes

Assim, no tocante sobre a corrente do feminismo interseccional Crenshaw (2002) uma das propulsoras contemporâneas desse conceito no interior dos estudos feministas, destaca que a interseccionalidade é um conceito e uma abordagem metodológica que possibilita aos sujeitos analisarem, as variadas realidades existentes entre os grupos sociais historicamente excluídos.

Em destaque Crenshaw (2002) propõe a subdivisão da interseccionalidade em duas categorias: a “interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor (negras) na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências), e a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres “de cor”). Com a categoria da interseccionalidade Crenshaw focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidades, que podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor).

Vários eixos de poder [...] constituem avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. [...] Tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias (Crenshaw, 2002, p. 177).

Seguindo os argumentos de Patrícia Hill Collins, marcadores sociais da diferença não devem ser entendidos binariamente e nem a partir de uma ideia de sobreposição, seu potencial crítico está em perceber que estes diversos marcadores interagem simultaneamente produzindo diferentes opressões, estas por sua vez demandam diferentes estratégias de luta e enfrentamento. Uma perspectiva que enfoca na sobreposição de marcadores provoca hierarquizações, é preciso compreender que não se trata de um processo de adição de opressões. A questão que parece fundamental para Collins é compreender que estes marcadores possuem diferenças de importância e a imbricação e o peso da opressão que ela produz depende do contexto, nesse sentido uma perspectiva interseccional demanda níveis distintos de análise e atenção para as dimensões da complexidade

causal. (Collins, 2019).

Em sociedades estruturadas pelas categorias de gênero e pelo racismo é preciso compreender que a imbricação destas duas categorias produz um tipo central de opressão e injustiça social, nesse sentido toda luta por equidade de gênero é também uma luta antirracista. E, assim nesse sentido, destacamos que gênero e raça são estruturas sociais de um tipo particular que envolve uma relação específica com os corpos. (Connell, 2015).

Mas, que não podem ser encerradas uma na outra, ou seja, gênero e raça produzem formas estruturais de desigualdade e injustiça social e quando imbricadas produzem formas específicas de vulnerabilidade e opressão que marcam determinados grupos, invisibilizar estas intersecções permite a reprodução e manutenção de certas opressões como é o caso das opressões raciais quando invisibilizadas dentro das lutas feministas. “As estratégias políticas que desafiam apenas certas práticas de subordinação, mantendo as hierarquias existentes, não só marginalizam aqueles que estão sujeitos a múltiplos sistemas de subordinação, mas também resultam na colocação de discursos de raça e gênero em oposição entre si”. (CRENSHAW, 1993, p. 112-113). Estar atento a estas questões e desenvolver uma consciência política interseccional oferece um potencial crítico para a construção de coalizões políticas que não reproduzam as opressões entre os vários movimentos orientados para a justiça e equidade social. (Bilge, 2018).

E assim diante das explicações acima sobre as correntes feministas que embasam as lutas das mulheres destacamos suas diversidades e pautas de lutas. Onde são apresentadas as correntes de cunho Liberal, Radical, Interseccional, Negro, Marxista, Lésbico, Anarquista e Transfeminismo, indicando assim a multiplicação de lutas dos grupos que se juntaram a categoria “gênero.” E sobre esse momento Toledo (2017, p. 06) enfatiza: “vivemos um momento de multiplicação dos campos feministas no qual a internet não atua apenas como ferramenta de organização: ela é uma extensão desses campos”.

4. Conclusão

Tendo em vista os argumentos apresentados nas seções anteriores a respeito dos elementos que diferenciam as mulheres em suas vivências e nas formas como experiências e desigualdades de gênero, poderíamos agora questionar se existe alguma possibilidade de estabelecer uma “luta comum” entre os diferentes feminismos plurais existentes na sociedade.

As questões acima foram propositalmente formuladas para chamar a “atenção” para o argumento, que pretendemos desenvolver neste texto, de que o principal problema está em justamente supor a necessidade de apagamento das diferenças para a construção de uma luta comum entre as mulheres, pensar a diferença racial não como um obstáculo entre as mulheres, mas como resultado dos elementos estruturadores de sociedades colonizadas, racializadas e preconceituosa como é o caso do Brasil, permite compreender que gênero, raça, classe social e sexualidades são “marcadores sociais da diferença” e elementos estruturantes de desigualdades sociais das nossas sociedades, ou seja, produzem padrões que são naturalizados em nossas instituições e relações sociais. É uma relação de grupos de poder que possuem “marcadores sociais da diferença” que são capazes de definir e excluir através da raça, etnia, sexualidade, gênero tendo como fatores primordiais, os valores e as construções sociais deixadas pelo colonizador. Portanto, entender que a cultura perpetuada no novo conceito de globalização resulta na hierarquização de poder do colonizador e a subalternização e as desigualdades entre os colonizados.

Nesse sentido é preciso estar atenta para não construir competição e concorrência entre os movimentos feministas e com isso retirar o foco da luta pela justiça e equidade social, não se trata de negar as especificidades e identidades das múltiplas mulheridades e suas vivências, a escrevivência de Conceição Evaristo está aí para nos lembrar das dores e vivências que apenas as mulheres negras compartilham, mas de estar sempre atenta para não transformar as identidades em pautas puramente identitárias por suas particularidades, estamos aqui nos referindo ao que Nancy Fraser denominou de readaptação neoliberal das pautas feministas. A partir dos argumentos até aqui apresentados ainda é necessário trazer à tona, a necessidade de como articular as lutas feministas sem reproduzir processos de silenciamento das mulheres negras, das mulheres lésbicas,

das mulheres travestis e transexuais.

Quando analisamos o contexto sociopolítico de nosso tempo salta aos olhos as possibilidades reais e iminentes de perda de direitos com o avanço da economia neoliberal, com particular atenção para os países latino-americanos que havia, mesmo que de forma tímida, iniciado um processo de ampliação de direitos sociais. Somado a isso assistimos um processo de desmonte dos direitos sociais com a diminuição de ações de assistência às camadas mais pobres, discussão de reformas trabalhistas e previdenciárias que afetam negativamente as mulheres trabalhadoras e com o aumento dos índices de violência de gênero e feminicídios.

Este cenário de profunda vulnerabilidade da vida das mulheridades torna possível e urgente pensar mecanismos de agregação e de luta que possam fazer frente aos processos em curso. Em suas análises, centradas na particularidade das lutas das mulheridades, Angela Davis vêm desenvolvendo o argumento da necessidade de catalisar e estabelecer conexões progressistas e emancipadoras entre os movimentos de mulheres, o que a autora designou em seu livro “A liberdade é uma luta constante” de interseccionalidade das lutas, o que a teórica pretende defender é um processo aprofundado do conceito de interseccionalidade, que seja capaz de ser elaborado e utilizado não apenas no âmbito dos corpos e das experiências, mas, sobretudo como referencial para criar estratégias de luta por justiça e equidade social, no sentido de construir conexões no contexto das próprias lutas (Davis, 2018, p. 34).

Nesse caminho, Angela Davis compreende os feminismos enquanto uma orientação para agir e que em sua fase atual se caracteriza pela possibilidade da construção de relações com outros movimentos progressistas, a formação destes elos possibilita criar solidariedades internacionais, e a interseccionalidade, “não tanto a interseccionalidade das identidades, mas a interseccionalidade das lutas” (Davis, 2018, p. 131). Ou como aprofundado por Akotirene (2019) é entender a interseccionalidade a partir dos eixos de dominação e opressão que entrecruzam os corpos, portanto a interseccionalidade deveria estar presente na formulação de todas as políticas públicas e sociais para que elas pudessem ter um mínimo de chances de atingirem seus objetivos que é promover proteção social para os grupos em situação de vulnerabilidade social.

Tornando-se um elemento potente e crítico no processo de compreensão das complexidades da política contemporânea e dos limites das democracias convencionais, compreender a interseccionalidade das lutas permite também pensar na possibilidade da construção de uma frente feminista “ampla na luta” por uma democracia radical que aciona em todo as lacunas de necessidade de lutas uma “imaginação radical” no sentido de construir uma alternativa ao sistema capitalista, colonial, patriarcal e racista que têm cada vez mais ampliado seu raio e poder de atuação.

Nesse sentido abre-se um caminho de pesquisa bastante interessante, ou seja, a adoção de uma perspectiva decolonial capaz de potencializar as distintas experiências de mulheridades é fundamental para desenvolver pesquisas que focalizem nos novos modos de organização social e política dos feminismos latino-americanos. Uma agenda de pesquisa em ampla expansão na América Latina, são as abordagens decoloniais que procuram compreender os impactos da colonialidade na perpetuação de relações desiguais de gênero, e como tais desigualdades são potencializadas pelos marcadores sociais da raça e da classe. Outro campo de pesquisa em expansão têm sido os trabalhos que mobilizam metodologias não convencionais e/ou hegemônicas e que se centram na importância da abordagem qualitativa associada a agência dos sujeitos da pesquisa e suas histórias.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA.

Araújo, R., & Argolo, M. M. P. (2017). Construções de Gênero das Mulheres/Mães Negras no Contexto da Violência Policial Contra Adolescentes e Jovens. *Dikê-Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC*, 17, 147-168.

Bilge, S. (2018). Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. *Revista Feminismos*, 6(3).

- Biróli, F., & Miguel, L. F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17(49), 117-133.
- Collins, P. H. (2019). Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo Editorial.
- Crenshaw, K. (1991). Mapeando as Margens: Interseccionalidade, Política de Identidade e Violência Contra a Mulher de Cor. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10, 171-188.
- Da Silva Gomes, F. D. M. *Connell, Raewyn; Pearse, Rebecca*. Gênero: uma perspectiva global. Versos, 2015.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial.
- De Almeida Teles, M. A. (2018). *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. Alameda Casa Editorial.
- De Siqueira, C. B., & de Azevedo Bussinger, E. C. (2020). As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris*, 9(1), 145-166.
- Duarte, C. L. (2003). Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, 17(49), 151-172.
- Fraser, N. (2012). *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26, 61-73.
- Hooks, B. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 193-210.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Martins, T. C. S. (2013). Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. *Revista Inscrita*, (10).
- Minayo, M. C. (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. HUCITEC-ABRASCO.
- Minayo, M.C. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11, 647-654.
- Piedade, V., & Tiburi, M. (2017). *Dororidade*. Nós.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e cultura*, 11(2).
- Ribeiro, D. (2016). *Feminismo negro para um novo marco civilizatório*. 24, 99-104.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. In *Gênero, patriarcado, violência* (pp. 151-151).
- Santin, A. C. A. (2019). *Perspectivas feministas, interseccionalidades e o encarceramento de mulheres no Brasil (2006-2018)*.
- Toledo, A. (2017). *Me empodera te empoderar. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social/Jornalismo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.